



Relatório e Contas de 2017



A handwritten signature in blue ink, consisting of several overlapping loops and a long horizontal stroke extending to the right.

Relatório de Gestão

Balanço

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Anexo

Certificação Legal das Contas

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



Relatório de Gestão

1

1 - Introdução

Exmos. Associados,

Nos termos da lei e dos estatutos, vem a direção da RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, com sede social em Rua Ferro de Engomar - Eco-Parque do Relvão, Chamusca, submeter à apreciação de V. Exas. o presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2017.

O referido documento contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março e conforme demonstrações financeiras constantes da portaria nº 220/2015, de 24 de julho.

1.1 - Apresentação da Associação

A RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo é uma associação sem fins lucrativos, constituída a 9 de agosto de 1996, com a missão de gerir e tratar os resíduos sólidos urbanos produzidos nos (10) municípios de Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova de Barquinha.

A RESITEJO é detentora de uma matriz de infra-estruturas (instalações, equipamentos mecânicos, recipientes, recursos humanos e financeiros) destinada a assegurar com eficiência conforto, segurança e inocuidade a deposição, recolha, transporte, tratamento, valorização, eliminação, estabilização dos referidos resíduos sólidos urbanos.

2 - Enquadramento Económico

Em 2017, a evolução da atividade económica em Portugal, traduziu-se num diferencial positivo de crescimento face à área do euro, com a comissão europeia a rever em alta os principais indicadores (PIB, consumo, défice, desemprego), interrompendo, desta forma, um longo período de diferenciais médios anuais negativos observados entre 2000 e 2016.

Assim em 2017, o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 2,6% em volume, sendo que deverá desacelerar para 2,3% em 2018. O contributo da procura interna para a variação anual do PIB aumentou, situando-se em 2,2% em 2017 (2,1% em 2016).

Direção



O comportamento dos principais indicadores económicos apresenta-se no seguinte quadro (valores em percentagens):

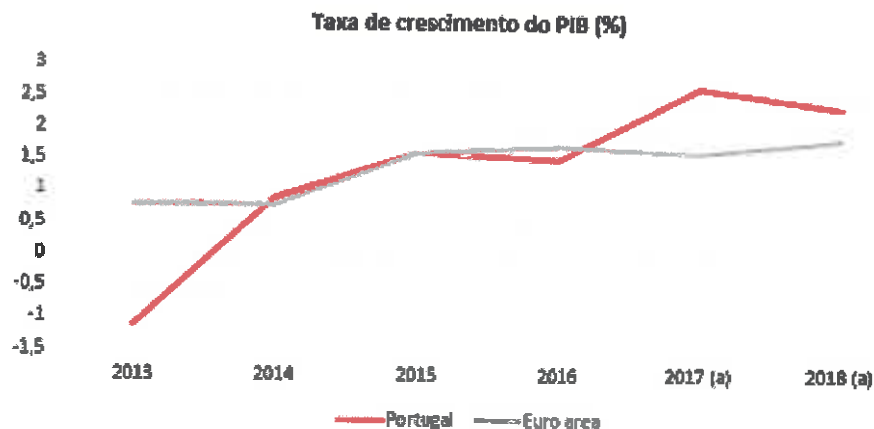
Principais indicadores económicos (%)						
	2013	2014	2015	2016	2017 (a)	2018 (a)
Produto interno bruto (PIB)	-1,1	0,9	1,6	1,5	2,6	2,3
Consumo privado	-1,2	2,2	2,6	2,1	2,2	2,1
Consumo público	-2,0	-0,5	0,8	0,6	0,1	0,6
Défice (% do PIB)	-4,8	-7,2	-4,4	-2,1	-1,4	-1,0
Taxa de desemprego	16,2	13,9	12,4	11,1	8,9	7,8
Taxa de inflação (IHPC)	0,4	-0,3	0,5	0,6	1,6	1,5

Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística, Ministério das Finanças, Banco de Portugal e Eurostat
 Notas: (a) Previsões OCDE e Banco de Portugal (dez/2017)

A taxa de desemprego anual prevê-se que se situe nos 8,9%, o que se traduz em cerca de 460 mil pessoas desempregadas. Em relação ao ano anterior é de realçar que a taxa de desemprego se fixou em 11,1%, e recorde-se que a taxa de desemprego em 2015 era de 12,4%.

Entre os estados-membros, em 2017, Portugal situou-se abaixo da taxa de desemprego na zona euro, sendo que as mais altas são a de Espanha (17,7%) e da Grécia (22%), enquanto Alemanha (4,1%) e Malta (4,9%) apresentam as taxas mais baixas. Na zona Euro, a taxa de desemprego desceu para 9,6% enquanto na União Europeia desceu para 8,1%.

A economia portuguesa apresenta um crescimento de 2,6% em 2017, um crescimento bastante positivo em comparação com 2016 (1,5% em 2016). Para 2018, a Comissão Europeia prevê uma desaceleração do PIB, positivo em 2,3%, conforme quadro a seguir apresentado (valores em percentagens):



Fontes: Ministério das Finanças e Comissão Europeia
 Notas: (a) Previsões OCDE

Segundo as previsões económicas a expansão do PIB deverá manter-se nos próximos anos, no entanto, superior ao projetado para a zona euro, devido ao crescimento das exportações e do investimento. Em termos médios anuais a Comissão Europeia espera uma evolução do PIB da zona euro para 2,6% e 2,3% em 2017 e 2018, respetivamente.

Em Espanha, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística, o PIB registou uma taxa de 2,3% positivos no ano de 2017, tendo previsto uma taxa de 2,1% positivos para 2018.

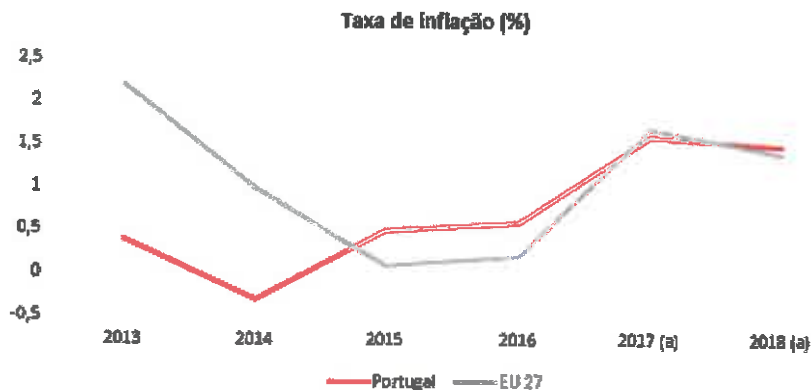
A crise política na Catalunha constitui um risco descendente relevante para a economia portuguesa, atendendo ao peso de Espanha nas relações internacionais de Portugal e a eventuais repercussões a nível europeu. A possibilidade de um menor crescimento das importações espanholas traduz-se numa redução do crescimento do indicador de procura externa dirigida aos produtores nacionais.

O BCE decidiu baixar as taxas de juro oficiais, pelo que a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento baixou para 0,0%. De acordo com essa entidade, as pressões sobre os preços na área do euro deverão continuar moderadas no médio prazo, e as condições monetárias, nomeadamente ao nível do crédito, deverão permanecer contidas.

No que diz respeito aos EUA, a Reserva Federal norte-americana (Fed) aumentou a taxa de juro de referência entre os 1,25% e 1,5% ao ano.

A taxa de inflação em 2017, divulgada pelo INE, está prevista fixar-se nos 1,6%. Em 2016, o valor final da inflação tinha sido 0,6%.

A Eurostat divulgou que a taxa de inflação anual da zona euro, relativamente a 2017, foi de 1,7%, enquanto na UE aumentou para 1,8%. O comportamento e evolução das taxas de inflação apresentam-se no seguinte quadro (valores em percentagens):



Fontes: Instituto Nacional de Estatística e Comissão Europeia
Notas: (a) Previsões

As projeções para a economia portuguesa apontam para a continuação da recuperação gradual da atividade económica, com um ritmo médio de crescimento superior ao projetado para a área euro. O crescimento deverá ser assente no aumento das exportações, a par de uma recuperação da procura interna.

De salientar que o Turismo em Portugal já corresponde a 7% da economia nacional, tendo gerado 11,5 mil milhões de euros.

Apesar de ter alcançado progressos assinaláveis na correção dos desequilíbrios macroeconómicos, Portugal deverá prosseguir o processo de ajustamento em curso, com aumentos sustentáveis do consumo, com um crescimento do investimento que assegure a renovação do capital e com níveis de endividamento progressivamente menores.

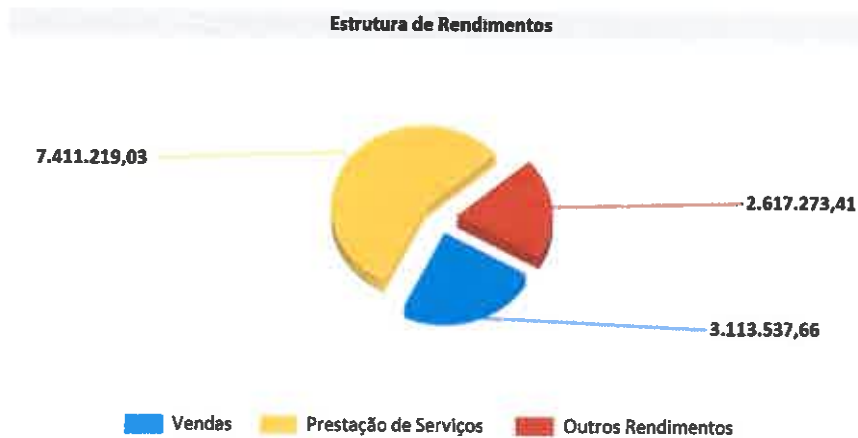
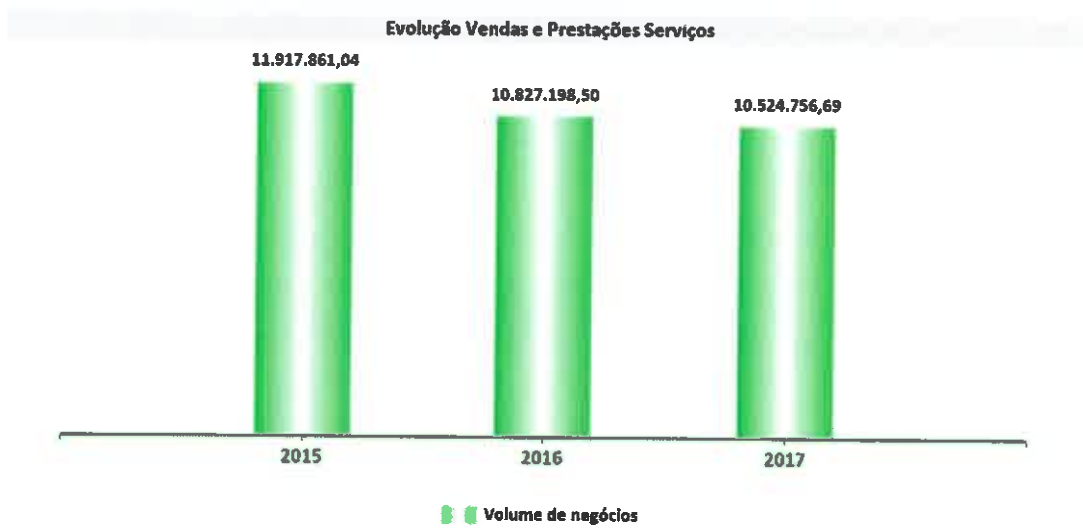
Direção



3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2017 os resultados espelham a atividade desenvolvida pela Associação.

A evolução dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:



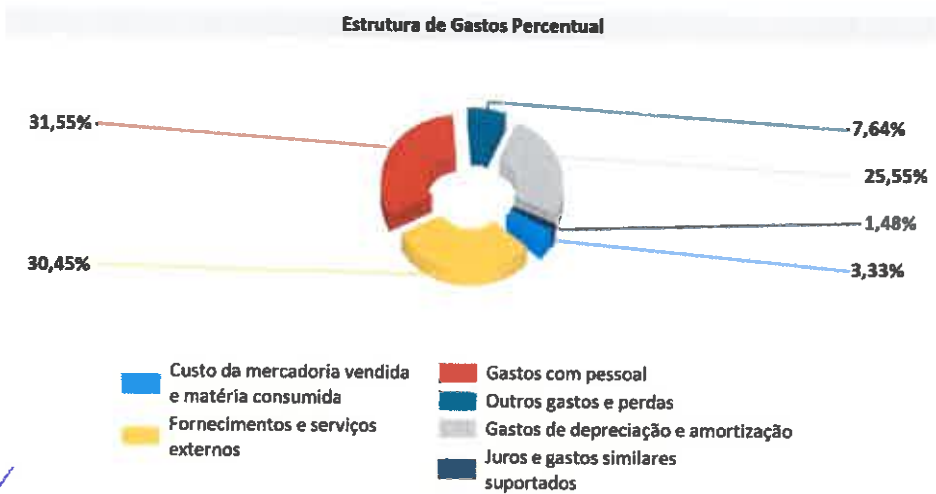
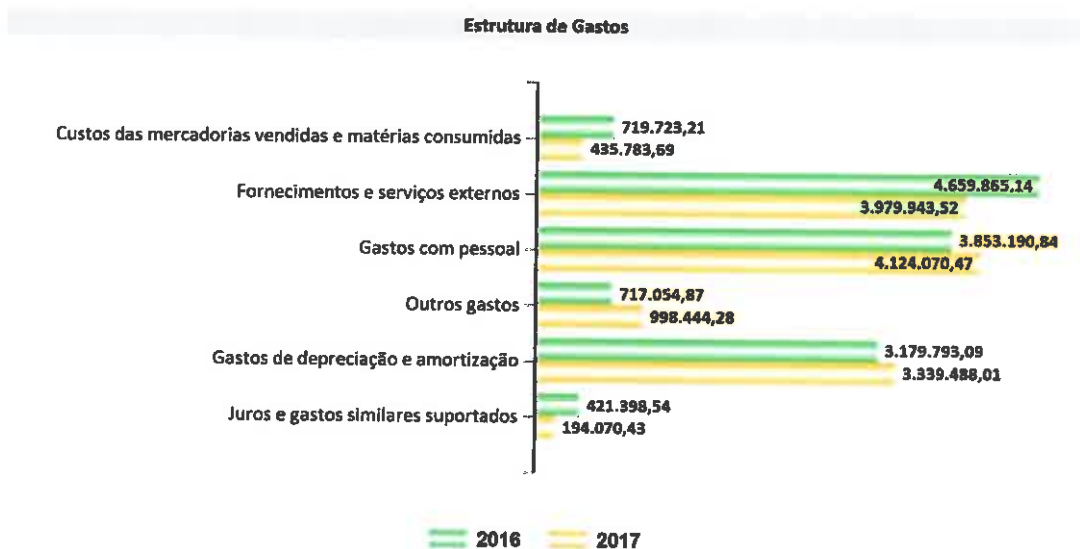
Direção




Em relação à atividade operacional salienta-se que foram processadas cerca de 218.000 toneladas de resíduos (cerca de 203.000 toneladas em 2016), conforme detalhe que a seguir apresentada (valores em toneladas):

Descrição	2017	2016
Aterro	47.081	33.854
TMB:		
Municípios	74.525	75.260
Outros	79.665	76.378
Triagem	<u>17.224</u>	<u>17.680</u>
	<u>218.495</u>	<u>203.172</u>

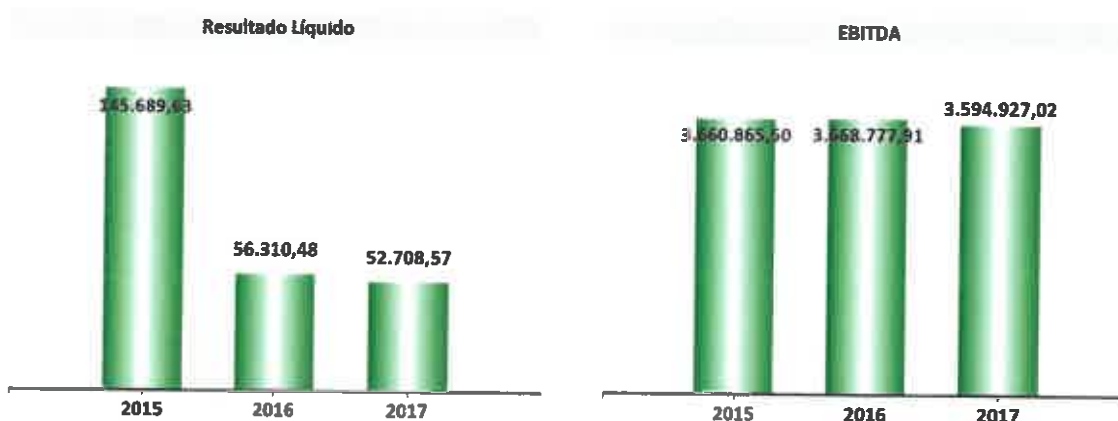
Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da associação:



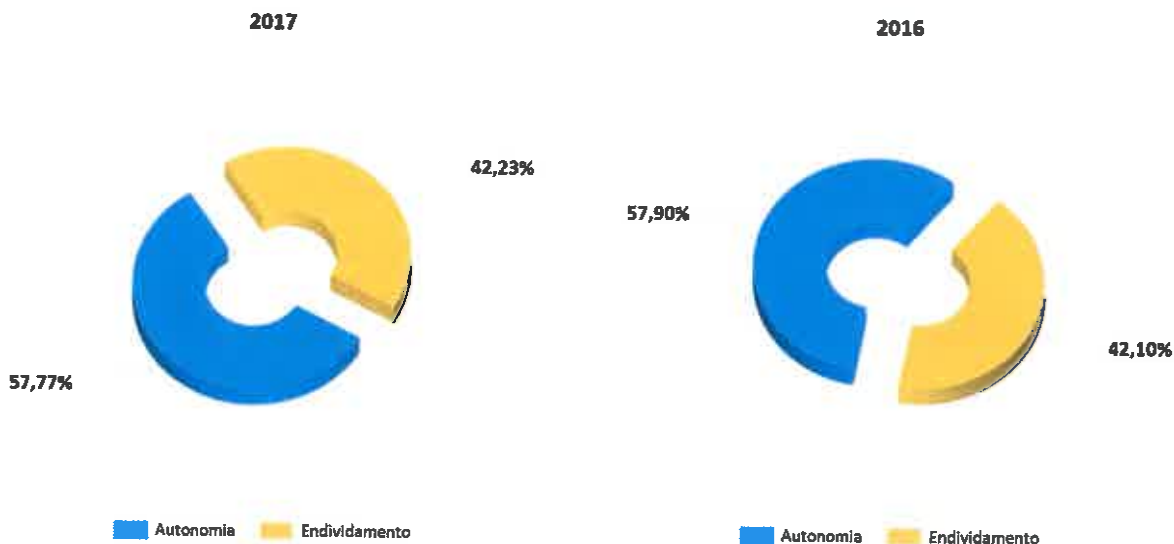
Direção



Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a associação apresentou, os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



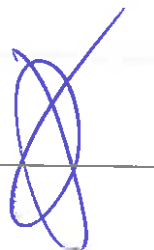
Em resultado da sua atividade, a posição financeira da associação apresenta, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



Indicadores Financeiros:

RUBRICAS	PERIODOS	
	2017	2016
Autonomia	57,77%	57,90%
Solvabilidade	136,79%	137,55%
Liquidez Geral	78,46%	76,45%

Direção



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da associação através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2017		2016	
Ativo não corrente	17.517.678,16	75 %	19.678.306,60	78 %
Ativo corrente	5.747.060,58	25 %	5.595.941,03	22 %
Total ativo	23.264.738,74		25.274.247,63	

RUBRICAS	2017		2016	
Capital Próprio	13.439.856,10	58 %	14.634.735,98	58 %
Passivo não corrente	2.500.231,93	11 %	3.319.383,48	13 %
Passivo corrente	7.324.650,71	31 %	7.320.128,17	29 %
Total Capital Próprio e Passivo	23.264.738,74		25.274.247,63	

3.1 - Questões relativas aos trabalhadores

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

RUBRICAS	PERÍODOS		
	2017	2016	2015
Gastos com Pessoal	4.124.070,47	3.853.190,84	3.851.435,82
Nº Médio de Pessoas	287	242	256
Gasto Médio por Pessoa	14.369,58	15.922,28	15.044,67

3.2 - Investimentos

No exercício foram concretizados investimentos em ativos fixos tangíveis no montante de 873.950 euros, referentes essencialmente, a equipamentos de transporte (121.720 euros) e ativos em curso (647.210 euros).

Obtendo ainda em ativos intangíveis no montante de 249.206 euros, na rubrica de projetos de desenvolvimento (134.750 euros), programas de computador (71.639 euros) e outros ativos (42.817 euros).

3.3 - Investigação & Desenvolvimento

A RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo não despendeu qualquer gasto neste tipo de rubricas.

Direção



4 - Principais Riscos e Incertezas

A associação apresenta um nível imaterial de exposição a risco de taxa de câmbio, nem se encontra exposta a outros riscos relevantes.

A associação gere o risco de liquidez, tendo por objetivo garantir que, a todo o momento, a associação mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis, cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

5 - Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo de Exercício

Após o termo de exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

6 - Perspetivas para o Próximo Exercício

A RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo prevê para 2018, conforme orçamento aprovado, um volume de negócios a ascender os 13,7 milhões de euros.

Ao nível dos rendimentos o previsível crescimento das retomas de materiais com destino à estação de triagem e os respetivos rendimentos previsto através do SIGRE, que representam 24,7%; no valor das tarifas a cobrar pela prestação de serviços, que representam 58,8% dos rendimentos previstos.

No próximo exercício será mantida a política de contenção de gastos, para que o custo de tratamento da tonelada de resíduos possibilite a manutenção do valor a suportar pelos municípios com o tratamento dos mesmos.

Direção



7 - Considerações Finais

A RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a associação não é detentora de quotas ou ações próprias.

Não foram realizados negócios entre a direção e os associados, nos termos do artº 397º do Código das Sociedades Comerciais. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A associação não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela associação.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Não existem dívidas em mora perante a Segurança Social.

Convém salientar que as instalações da Entidade, sitas no Eco-Parque do Relvão no concelho da Chamusca, encontram-se implementadas parte em propriedade alheia, do qual foi celebrado em 29 de dezembro de 1999, um contrato que cede à RESITEJO o gozo da parcela de terreno por um período temporal não superior a 40 anos, tendo este sido contabilizado na rubrica de 431 - Terrenos e recursos naturais encontrando-se no exercício de 2010 totalmente depreciados, dado que a duração estimada do Aterro Sanitário era de 10 anos.

8 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo no período económico findo em 31 de dezembro de 2017 realizou um resultado líquido de 52.708,57 euros, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	
ANO	2017
Resultados Transitados	52.708,57

9 - Agradecimentos

A Direção não pode deixar de manifestar o seu agradecimento a todos os que contribuíram para os resultados alcançados no exercício findo, nomeadamente os seus trabalhadores, fornecedores, clientes e instituições financeiras.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Direção



10 - Anexo ao Relatório de Gestão

Informações de acordo com o nº 5 do artigo 447º e o nº 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

Relação dos membros da direção e fiscalização.

Membros da Direção

Entidade: Município da Chamusca
Representante: Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado
Cargo: Presidente

Entidade: Município de Torres Novas
Representante: Carlos Alberto Ramos Dias
Cargo: Vice-Presidente

Entidade: Município do Entroncamento
Representante: Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim
Cargo: Vice-Presidente

Entidade: Município de Ferreira do Zêzere
Representante: Paulo Jorge Alcobia das Neves
Cargo: Vice-Presidente

Entidade: Município de Vila Nova da Barquinha
Representante: Rui Constantino Martins
Cargo: Vice-Presidente

Conselho Fiscal

Entidade: Município de Tomar
Representante: Hélder Duarte Henriques
Cargo: Presidente

Entidade: Município da Golegã
Representante: António Francisco Oliveira Pires Cardoso
Cargo: Vogal

Entidade: Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Representante: Paulo Dinis Delgado Chaves, ROC nº 1085
Cargo: Vogal

Carregueira, 27 de fevereiro de 2018

Direção





Balanço

2

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	16.337.592,81	18.636.931,04
Ativos intangíveis	6	180.085,35	27.875,56
Investimentos financeiros	10		13.500,00
Outros créditos e ativos não correntes	10	1.000.000,00	1.000.000,00
		17.517.678,16	19.678.306,60
Ativo corrente			
Inventários	11	7.325,00	8.143,95
Créditos a receber	15	4.782.458,32	4.990.751,22
Estado e outros entes públicos	14	109.298,29	413.119,72
Diferimentos	15	75.818,81	86.899,40
Outros ativos correntes	15	19.000,00	19.000,00
Caixa e depósitos bancários	4	753.160,16	78.026,74
		5.747.060,58	5.595.941,03
Total do ativo		23.264.738,74	25.274.247,63
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	15	4.988,00	4.988,00
Resultados transitados	15	3.550.737,78	3.494.427,30
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	15	9.831.421,75	11.079.010,20
Resultado líquido do período		52.708,57	56.310,48
Total dos fundos patrimoniais		13.439.856,10	14.634.735,98
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8;9	2.500.231,93	3.319.383,48
		2.500.231,93	3.319.383,48
Passivo corrente			
Fornecedores	15	2.494.092,21	2.456.220,70
Estado e outros entes públicos	14	174.556,14	163.320,00
Financiamentos obtidos	8;9	2.996.142,17	2.908.823,61
Outros passivos correntes	15	1.659.860,19	1.791.763,86
		7.324.650,71	7.320.128,17
Total do passivo		9.824.882,64	10.639.511,65
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		23.264.738,74	25.274.247,63

Direção

Contabilista Certificado



Demonstração de Resultados por Naturezas

3

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	12	10.524.756,69	10.827.198,50
Subsídios, doações e legados à exploração	13	2.588,45	5.560,97
Variação nos inventários da produção	11	(818,95)	(118.958,05)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(435.783,69)	(719.723,21)
Fornecimentos e serviços externos	18	(3.979.943,52)	(4.659.865,14)
Gastos com o pessoal	16	(4.124.070,47)	(3.853.190,84)
Outros rendimentos	12	2.606.642,79	2.904.810,55
Outros gastos	18	(998.444,28)	(717.054,87)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3.594.927,02	3.668.777,91
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6;7	(3.339.488,01)	(3.179.793,09)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		255.439,01	488.984,82
Juros e rendimentos similares obtidos	12	8.861,12	10.222,24
Juros e gastos similares suportados	9	(194.070,43)	(421.398,54)
Resultado antes de impostos		70.229,70	77.808,52
Imposto sobre o rendimento do período	14	(17.521,13)	(21.498,04)
Resultado líquido do período		52.708,57	56.310,48

Direção

Contabilista Certificado



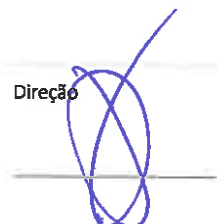
Demonstração dos Fluxos de Caixa

4

**Demonstração dos Fluxos de Caixa do período
findo em 31-12-2017
(montantes em euros)**

RUBRICAS	PERÍODO	
	2017	2016
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>		
Recebimentos de clientes	11.715.131,53	13.378.730,84
Pagamentos a fornecedores	4.970.062,49	7.555.840,35
Pagamentos ao pessoal	4.128.755,36	3.855.303,82
Caixa gerada pelas operações	2.616.313,68	1.967.586,67
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(21.157,76)	(23.051,56)
Outros recebimentos/pagamentos	146.102,78	398.608,03
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	2.741.258,70	2.343.143,14
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	1.455.662,96	3.320.171,23
<i>Ativos intangíveis</i>	249.205,75	41.811,25
<i>Investimentos financeiros</i>		14.000,00
Recebimentos provenientes de:		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		35.504,07
<i>Subsídios ao investimento</i>	610.276,63	4.449.880,05
<i>Juros e rendimentos similares</i>	8.861,12	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(1.085.730,96)	1.109.401,64
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Financiamentos obtidos</i>	612.355,21	3.072.040,40
<i>Juros e gastos similares</i>	184.996,51	375.788,27
<i>Outras operações de financiamento</i>	183.042,60	184.067,45
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(980.394,32)	(3.631.896,12)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	675.133,42	(179.351,34)
Caixa e seus equivalentes no início do período	78.026,74	257.378,08
Caixa e seus equivalentes no fim do período	753.160,16	78.026,74

Direção



Contabilista Certificado





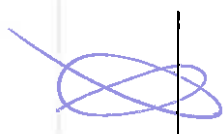
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

5


Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2017
(montantes em euros)

DESCRÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlem	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6	4.988,00			3.494.427,30		11.079.030,20	56.310,48	14.634.735,98		14.634.735,98
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				56.310,48				(56.310,48)			
	7			56.310,48				(56.310,48)			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								52.708,57	52.708,57		52.708,57
RESULTADO INTEGRAL	9-7+8							52.708,57	52.708,57		52.708,57
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Subsídios, doações e legados									(1.247.588,45)		(1.247.588,45)
	10								(1.247.588,45)		(1.247.588,45)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	6+7+8+10	4.988,00			3.550.737,78		9.831.421,75	52.708,57	13.489.856,10		13.489.856,10

Direção



Contabilista Certificado



Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2017
(montantes em euros)

DESCRÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016 1		4.988,00			3.348.737,67		8.871.429,84	145.689,63	12.370.844,14		12.370.844,14
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2				145.689,63			(145.689,63)			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3					145.689,63			56.310,48	56.310,48		56.310,48
RESULTADO INTEGRAL 4=2+3								56.310,48	56.310,48		56.310,48
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Subsídios, doações e legados	5								2.207.581,36		2.207.581,36
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2016 5=1+2+3+5		4.988,00			3.494.427,30		11.079.019,20	56.310,48	14.634.735,98		14.634.735,98

Direção

Contabilista Certificado



Anexo

6

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo

1.2. Sede

Sede social: Rua Ferro de Engomar - Eco-Parque do Relvão, Chamusca

1.3. Natureza da atividade

Natureza da atividade: Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos.

A associação encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Chamusca sob o número 503914096.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Associação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2017.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da associação, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A associação reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A associação não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2017 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

Direção

Contabilista Certificado

- 2.2. Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras
Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.
- 2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior
As contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

A estrutura conceptual do SNC tem por base as seguintes bases de mensuração: custo histórico, custo corrente, valor realizável, valor presente e justo valor, as quais são aplicadas de forma diferenciada no momento inicial e nos períodos subsequentes. De salientar, no entanto, que o normativo subjacente ao SNC permite diversas bases, tais como: custo histórico, custo corrente, valor realizável líquido, valor presente (ou atual), valor recuperável, valor de uso, custo amortizado, custo presumido, justo valor e valor de mercado.

As demonstrações financeiras da associação, de uma forma geral, foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

A associação optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Ativos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os contratos de locação financeira, relativamente aos quais a Associação assume os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo locado, são registados, na data do seu início, como ativo e passivo pelo valor atual das rendas vincendas, desde que menores que o justo valor do bem.

As depreciações são efetuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Associação considera que refletem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Edifícios e outras construções	20-50 anos
Equipamento básico	3-8 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	3-8 anos
Outros ativos tangíveis	3-8 anos

Ativos intangíveis

Os ativos adquiridos são mensurados inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra, sendo mantidos ao custo histórico na mensuração ocorrida em períodos subsequentes, sendo apenas sujeitos a testes de imparidade quando existem indicadores que apontem nesse sentido.

Direção



Contabilista Certificado



Inventários

Os inventários são inicialmente reconhecidos pelo seu custo de aquisição ou de produção, o qual inclui os custos de compra, de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local atual e na sua condição. Subsequentemente, são mensurados e apresentados pelo mais baixo entre o custo histórico e o valor realizável líquido.

Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objetiva de que a Associação não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à fase de acabamento relativamente aos serviços prestados.

Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação aprovadas para os períodos em que se prevê venham a reverter as diferenças temporárias subjacentes (dedutíveis ou tributáveis).

Os ativos por impostos diferidos são unicamente registados quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir os montantes dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

3.3. Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte

As NCRF's requerem que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

Direção



Contabilista Certificado



As principais estimativas contabilísticas e julgamentos, utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela sociedade, são apresentados nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela sociedade e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela sociedade é apresentada nas Notas 3.1 e 3.2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela sociedade o resultado, reportado pela sociedade, poderia ser diferente, caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido.

A administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela sociedade, da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

A sociedade encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre os lucros de acordo com a lei portuguesa. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela sociedade, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da sociedade de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Benefícios a empregados – estimativa de férias

A determinação das responsabilidades por benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções salariais. Contudo, as alterações a estes pressupostos não deverão ter um impacto significativo nos valores determinados.

4 - Fluxos de caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	9.175,48	4.610.803,95	4.619.973,10	6,33
Depósitos à ordem	68.851,26	20.293.551,69	19.609.249,12	753.153,83
Outros depósitos bancários				
Total	78.026,74	24.904.355,64	24.229.222,22	753.160,16

Direção

Contabilista Certificado

4.2. Comentário da direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem saldos indisponíveis para uso.

5 - Partes relacionadas

5.1. Identificação das partes relacionadas

5.1.1. Identificar se existem participações entre entidades

A RESITEJO é uma associação, constituída por 10 municípios (Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha).

5.2. Remunerações do pessoal chave da gestão

No decorrer do exercício não foram atribuídas remunerações aos órgãos sociais.

Direção



Contabilista Certificado



6 - Ativos Intangíveis

6.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, conforme quadro seguinte:

Os ativos intangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registro das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil.

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvidos	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período		134.750,00	146.306,57		42.817,00			323.873,57
Amortizações acumuladas totais no fim do período		44.912,18	84.605,14		14.270,90			143.788,22
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início			74.667,82					74.667,82
Amortizações acumuladas			46.792,26					46.792,26
Saldo no início do período			27.875,56					27.875,56
Variações do período		89.897,82	98.825,87		28.546,10			152.209,79
Aquisições em primeira mão		134.750,00	71.638,75		42.817,00			249.205,75
Total de aumentos		134.750,00	71.638,75		42.817,00			249.205,75
Amortizações do período		44.912,18	97.812,88		14.270,90			96.995,96
Total diminuições		44.912,18	97.812,88		14.270,90			96.995,96
Saldo no final do período		89.897,82	61.701,49		28.546,10			180.085,85

Quadro comparativo:

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvidos	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período			74.667,82					74.667,82
Amortizações acumuladas totais no fim do período			46.792,26					46.792,26
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início			32.856,57					32.856,57
Amortizações acumuladas			32.856,57					32.856,57
Saldo no início do período			27.875,56					27.875,56
Variações do período			41.811,25					41.811,25
Aquisições em primeira mão			41.811,25					41.811,25
Total de aumentos			41.811,25					41.811,25
Amortizações do período			13.935,69					13.935,69
Total diminuições			13.935,69					13.935,69
Saldo no final do período			27.875,56					27.875,56

Direção

Contabilista Certificado

7 - Ativos fixos tangíveis

7.1. Divulgações para cada classe de ativos tangíveis, conforme quadro seguinte:

As bases de mensuração utilizadas dos ativos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil.

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Cutros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	216.724,65	22.886.648,04	16.927.340,75	3.090.771,83	203.587,33		545.698,91			43.870.771,51
Depreciações acumuladas	216.724,65	13.471.469,69	7.954.821,87	2.191.542,02	151.485,76		230.025,64			24.216.069,63
Imparidades acumuladas								1.017.770,84		1.017.770,84
Saldo no início do período		9.415.178,35	8.972.518,88	899.229,81	52.101,57		315.673,27	(1.017.770,84)		18.686.931,04
Variações do período		(239.052,95)	(1.672.862,77)	(275.784,59)	(9.553,77)		(87.250,72)	(70.839,48)		(2.299.938,23)
Total de aumentos			70.980,00	121.719,51	8.452,51		25.637,75	716.434,05		948.158,82
Aquisições em primeira mão			70.930,00	121.719,51	8.452,51		25.637,75	647.210,05		873.949,82
Outros aumentos								69.204,00		69.204,00
Total diminuições		968.800,43	1.795.292,77	397.504,10	18.006,28		62.888,47			3.242.492,05
Depreciações do período		968.800,43	1.795.292,77	397.504,10	18.006,28		62.888,47			3.242.492,05
Transferências de AFT		733.747,48	51.500,00					(787.247,48)		
Outras transferências				0,00						0,00
Saldo no fim do período		9.182.125,40	7.299.656,11	623.446,22	42.547,80		278.422,55	(1.088.604,27)		16.397.592,81
<i>Valor bruto no fim do período</i>	<i>216.724,65</i>	<i>23.622.395,52</i>	<i>17.049.770,75</i>	<i>3.212.491,34</i>	<i>212.039,84</i>		<i>571.336,66</i>	<i>433.708,33</i>		<i>45.318.467,09</i>
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>	<i>216.724,65</i>	<i>13.471.469,69</i>	<i>7.954.821,87</i>	<i>2.191.542,02</i>	<i>169.492,04</i>		<i>292.914,11</i>	<i>1.522.312,60</i>		<i>28.980.874,28</i>

Quadro comparativo:

Descrição	Torrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Cutros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	216.724,65	22.132.186,08	16.188.129,64	2.938.500,35	175.208,79		528.438,18			42.177.207,69
Depreciações acumuladas	216.724,65	12.560.818,52	6.181.710,84	1.854.248,03	127.623,45		168.501,17			21.109.626,66
Imparidades acumuladas								965.605,28		965.605,28
Saldo no início do período		9.571.367,56	10.004.418,80	1.084.252,32	47.585,34		359.937,01	(965.605,28)		20.101.975,75
Variações do período		(158.389,21)	(1.091.899,92)	(185.022,51)	4.516,23		(44.283,74)	(52.165,56)		(1.465.044,71)
Total de aumentos		754.461,96	800.460,81	247.771,75	28.378,54		20.990,23	544.345,76		2.396.409,05
Aquisições em primeira mão		754.461,96	788.461,11	201.606,52	28.378,54		19.740,73	544.345,76		2.336.994,62
Outros aumentos			11.999,70	46.165,23			1.249,50			59.414,43
Total diminuições		910.651,17	1.832.860,79	432.794,26	23.862,31		65.273,97	576.698,52		3.841.640,98
Depreciações do período		910.651,17	1.785.110,79	383.459,22	23.862,31		62.773,97			3.165.857,40
Alienações			47.250,00	49.335,04			2.500,00			99.085,04
Outras diminuições								576.698,52		576.698,52
Outras transferências								(19.812,80)		(19.812,80)
Saldo no fim do período		9.415.178,35	8.972.518,88	899.229,81	52.101,57		315.673,27	(1.017.770,84)		18.686.931,04
<i>Valor bruto no fim do período</i>	<i>216.724,65</i>	<i>22.886.648,04</i>	<i>16.927.340,75</i>	<i>3.090.771,83</i>	<i>203.587,33</i>		<i>545.698,91</i>			<i>43.870.771,51</i>
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>	<i>216.724,65</i>	<i>13.471.469,69</i>	<i>7.954.821,87</i>	<i>2.191.542,02</i>	<i>151.485,76</i>		<i>230.025,64</i>	<i>1.017.770,84</i>		<i>25.233.840,47</i>

Direção

Contabilista Certificado

8 - Locações

8.1. Locações financeiras

Os custos de locações financeiras são reconhecidos como um gasto no período.

No ano de 2017 o gasto ocorrido com juros de locações foi de 9.073,92 euros.

Descrição	Ativos intangíveis	Ativos fixos tangíveis	Propriedades de investimento	Total	Locações Operacionais
Valor Bruto		981.503,36		981.503,36	
Saldo no fim do período		981.503,36		981.503,36	
Total dos futuros pagamentos mínimos		150.904,47		150.904,47	
Até um ano		90.475,92		90.475,92	
De um a cinco anos		60.428,55		60.428,55	
Mais de cinco anos					
Valor atual do total dos futuros pag. mínimos					
Até um ano					
De um a cinco anos					
Mais de cinco anos					

8.2. Resumo das locações de acordo com o quadro seguinte, e outras informações

Nº Contrato	Locadora	Bem locado	Valor	Opção de compra e outros detalhes
4150/11/2016	BIC	Renault Talisma 36-SC-12	24.789,02	
100069137	CGD	Viatura pesada+semi-reboque	34.215,22	
100071570	CGD	Viatura pesada+semi-reboque	42.193,62	
400115943	BCP	Volvo FH 13 55/TA/01	30.109,53	
400118836	BCP	Renault Clio 33-TX-73	13.714,30	
251316	CGD		5.882,78	

9 - Custos de empréstimos obtidos

9.1. Empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período.

No ano de 2017 o gasto ocorrido com juros de financiamento foi de 184.996,51 euros.

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Despêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitalizados	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos		2.905.666,25	2.439.803,38						
Instituições de crédito e sociedades financeiras		2.905.666,25	2.439.803,38						
Empréstimos específicos									
Total dos Empréstimos		2.905.666,25	2.439.803,38						

Direção

Contabilista Certificado

9.2. Outras divulgações

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Juros e rendimentos similares obtidos	8.861,12	10.222,24
Juros de financiamentos obtidos	8.861,12	10.222,24
Juros e gastos similares suportados	194.070,43	421.398,54
Juros de financiamentos suportados	194.070,43	421.398,54
Juros de empréstimos bancários	184.996,51	375.788,27
Juros de locações financeiras	9.073,92	16.632,53
Outros juros de financiamentos obtidos		28.977,74

10 - Investimentos em Subsidiárias e Consolidação

10.1. Quantias escrituradas e movimentos do período em subsidiárias, associadas e outros investimentos financeiros que utilizam outros métodos

Descrição	Inv. Subsidiárias	Inv. Associadas	Inv. Outras Empresas	Outros Inv. Fin.	Inv. Fin. Em Curso	Adiantamentos p/ Inv. Fin.	Total
Valor bruto inicial	13.500,00			1.000.000,00			1.013.500,00
Valor líquido inicial	13.500,00			1.000.000,00			1.013.500,00
Movimentos do período	(13.500,00)						(13.500,00)
Alienações	(13.500,00)						(13.500,00)
Valor líquido final				1.000.000,00			1.000.000,00

11 - Inventários

11.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários são inicialmente reconhecidos pelo seu custo de aquisição ou de produção, o qual inclui os custos de compra, de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local atual e na sua condição. Subsequentemente, são mensurados e apresentados pelo mais baixo entre o custo histórico e o valor realizável líquido.

11.1.1. Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários Iniciais						
Compras		435.783,69	435.783,69		719.723,21	719.723,21
Reclassificação e regularização de Inventários						
Inventários finais						
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		435.783,69	435.783,69		719.723,21	719.723,21
OUTRAS INFORMAÇÕES						

Direção

Contabilista Certificado

11.1.2. Apuramento da variação de produção e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Descrição	Prod. Acabados e Intern.	Subprodutos, desp e refugos	Prod e trab em curso	Total Período	Prod. Acab. e Intern. Per. Anterior	Subprd, desp e refugos Per. Anterior	Prod e trab. em curso Per. Anterior	Total Período Anterior
APURAMENTO DA VARIÇÃO DE PRODUÇÃO								
Inventários finais	7.325,00			7.325,00	8.143,95			8.143,95
Reclassificação e regularização de Inventários								
Inventários iniciais	8.143,95			8.143,95	127.102,00			127.102,00
Variação da produção	(818,95)			(818,95)	(118.958,05)			(118.958,05)
OUTRAS INFORMAÇÕES								

12 - Rédito
12.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à sua execução relativamente aos serviços prestados.

12.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Vendas de bens	3.113.537,66	3.360.086,25
Prestação de serviços	7.411.219,03	7.467.112,25
Juros	8.861,12	10.222,24
Outros réditos	2.606.642,79	2.904.810,55
Total	13.140.260,60	13.742.231,29

12.3. Outros Rendimentos

A rubrica de outros rendimentos é composta de acordo com o quadro abaixo:

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2017	2016
Outros rendimentos	2.606.642,79	2.904.810,55
Rendimentos suplementares	409.345,22	745.965,54
Descontos de pronto pagamento	0,03	3,27
Alienações		8.583,76
Rendas e Out.Rend.Prop.Investimento	69.204,00	74.272,00
Correções relativas a exercícios anteriores	2.242,76	
Imputação de subsídios p/ investimento	2.123.070,51	1.768.937,11
Indeminizações - seguradoras	2.780,24	
Outros	0,03	307.048,87

13 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

13.1. Política contabilística adotada para os subsídios das entidades públicas

Os subsídios do Governo são reconhecidos após existir segurança de que a Associação cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Em termos de contabilização, os subsídios do Governo relacionados com resultados serão registados como rendimentos caso os gastos já estejam incorridos, ou a rendimentos diferidos na proporção dos gastos a incorrer.

Os subsídios do Governo relacionados com ativos são inicialmente contabilizados no Capital Próprio e, subsequentemente, imputados a rendimentos durante a vida útil do ativo caso sejam ativos depreciables ou amortizáveis, ou, mantidos no Capital Próprio caso esses ativos não sejam depreciables ou não amortizáveis.

13.2. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:

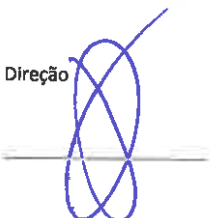
Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent. - Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent. - Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	4.449.880,05	875.482,06							
Para ativos fixos tangíveis	4.449.880,05	596.200,11							
Edifícios e outras construções	1.195.763,55								
Equipamento básico	3.254.116,50	550.375,00							
Equipamento de transporte		45.825,11							
Para ativos intangíveis		279.281,95							
Programas de computador		279.281,95							
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração	5.560,97	2.588,45							
Valor dos reembolsos efetuados no período									
De subsídios ao investimento									
De subsídios à exploração									
Total	4.455.441,02	878.070,51							

13.3. Outras informações

Em 2017, a associação beneficiou de subsídios à exploração, no montante de 2.588,45 euros referente ao IEF - estágios. Obtendo ainda, subsídios ao investimento no montante de 875.482,06 euros, referentes a equipamento básico e equipamento de transporte.

Em 2016, a associação beneficiou de subsídios à exploração, no montante de 5.560,97 euros referente ao IEF - estágios. No âmbito do financiamento do POVT para TMB foi atribuído um prémio com base nos resultados reais do projeto apurados na auditoria do POVT, no valor de 4.449.880,05 euros.

Direção



Contabilista Certificado



14 - Impostos e contribuições

14.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de imposto sobre o rendimento:

a) Reconciliação numérica entre gasto (rendimento) de impostos e o produto de lucro contabilístico multiplicado pela (s) taxa(s) de imposto aplicável(eis) e indicação da base pela qual a taxa(s) de imposto aplicável(eis) é (são) calculada (s); ou

b) Reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável, e indicação da base pela qual é calculada a taxa de imposto aplicável.

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	70.229,70	77.808,52
Imposto corrente	17.521,13	21.498,04
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período	17.521,13	21.498,04
Tributações autónomas	4.911,96	5.824,69
Taxa efetiva de imposto	24,95	27,62

14.2. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

A rubrica de Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento		15.305,84		18.942,47
IRC a receber / pagar		15.305,84		18.942,47
Retenção de impostos sobre rendimentos		40.662,68		35.576,32
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	109.298,29		413.119,72	
Contribuições para a Segurança Social		118.557,20		108.770,79
Tributos das autarquias locais		30,42		30,42
Total	109.298,29	174.556,14	413.119,72	163.320,00

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, sendo de cinco anos para a Segurança Social. Deste modo, as declarações fiscais da associação dos anos de 2014 a 2017 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

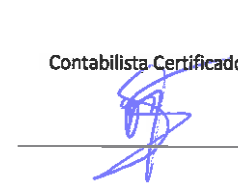
A Direção da Associação entende que as correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Associação encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Direção



Contabilista Certificado



15 - Instrumentos financeiros

- 15.1. Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

- 15.2. Categorias de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:			4.801.458,32		
Clientes e utentes			4.112.198,51		
Outras contas a receber			670.259,81		
Ativos financeiros detidos para negociação			19.000,00		
Passivos financeiros:			4.153.952,40		
Fornecedores			2.494.092,21		
Financiamentos obtidos			5.496.374,10		
Outras contas a pagar			1.659.860,19		
Ganhos e perdas líquidos:			(4.623,88)		
De passivos financeiros			(4.623,88)		
Rendimentos e gastos de juros:			(194.070,43)		
De passivos financeiros			(194.070,43)		

- 15.3. Diferimentos

Os diferimentos de gastos a reconhecer no montante de 75.818,81 euros respeitam a:

Nome	Valor
Seguros	70.716,32
Depósito Gasóleo - Petrolbérica (Lena)	5.102,49

- 15.4. Fundos patrimoniais

A variação ocorrida, nos anos de 2017 e 2016, nos Fundos Patrimoniais encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Fundos	4.988,00			4.988,00
Resultados transitados	3.494.427,30		56.310,48	3.550.737,78
Outras variações nos capitais próprios	11.079.010,20		(1.247.588,45)	9.831.421,75
Subsídios	10.995.016,20		(1.247.588,45)	9.747.427,75
Doações	83.994,00			83.994,00
Total	14.578.425,50		(1.191.277,97)	13.387.147,53

Direção

Contabilista Certificado

16 - Benefícios dos empregados

16.1. Número de empregados e gastos de pessoal

16.1.1. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

A 31 de dezembro de 2017 o número de colaboradores era de 287.

Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	4.124.070,47	3.853.190,84
Remunerações do pessoal	3.064.358,46	2.860.627,42
Encargos sobre as remunerações	624.238,64	583.226,86
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	157.794,96	146.648,64
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	277.678,41	262.687,92

17 - Divulgações exigidas por diplomas legais

17.1. Informação por atividade económica

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas	3.113.537,66	3.113.537,66
De produtos acabados, semiacabados resíduos e refugos	3.113.537,66	3.113.537,66
Prestações de serviços	7.411.219,03	7.411.219,03
Compras	435.783,69	435.783,69
Fornecimentos e serviços externos	9.979.949,52	9.979.949,52
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	435.783,69	435.783,69
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	435.783,69	435.783,69
Variação nos inventários de produção	(818,95)	(818,95)
Número médio de pessoas ao serviço	287,00	287,00
Gastos com o pessoal	4.124.070,47	4.124.070,47
Remunerações	3.064.358,46	3.064.358,46
Outros gastos	1.059.712,01	1.059.712,01
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	16.337.592,81	16.337.592,81
Total das aquisições	873.949,82	873.949,82
Adições no período de ativos em curso	647.210,05	647.210,05
Propriedades de investimento		

Direção

Contabilista Certificado

17.2. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	3.113.537,66			3.113.537,66
Prestações de serviços	7.411.219,03			7.411.219,03
Compras	435.783,69			435.783,69
Fornecimentos e serviços externos	3.979.943,52			3.979.943,52
Aquisições de ativos fixos tangíveis	873.949,82			873.949,82
Aquisições de ativos intangíveis	249.205,75			249.205,75
Rendimentos suplementares:	409.345,22			409.345,22
Aluguer de equipamento	7.425,00			7.425,00
Outros rendimentos suplementares	401.920,22			401.920,22

17.3. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a RESITEJO não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, a Direção informa que a situação da RESITEJO perante a Segurança Social se encontra regularizada.

18 - Outras informações
18.1. Outros Gastos

A rubrica de outros gastos é composta de acordo com o quadro abaixo:

RUBRICAS	PERIODOS	
	2017	2016
Outros gastos	998.444,28	717.054,87
Impostos	887.489,05	550.585,65
Descontos pronto pagamento concedidos		1,42
Gastos e perdas em investimentos não financeiros		12.750,30
Correções de exercicios anteriores	7,89	
Donativos	14.821,81	20.847,83
Quotizações	24.701,10	11.826,00
Outros	57.939,40	4.269,01
Outros gastos de financiamentos	13.485,03	116.774,66

Direção

Contabilista Certificado

18.2. Discriminação do Fornecimentos e Serviços Externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	140.342,48	293.008,43
Serviços especializados	1.588.545,99	2.178.212,19
Trabalhos especializados	258.466,58	452.435,42
Publicidade e propaganda	101.781,15	133.720,93
Vigilância e segurança	67.943,12	65.568,00
Honorários	47.637,48	62.021,26
Conservação e reparação	1.094.269,96	1.436.573,49
Outros	18.447,70	27.893,09
Materials	256.737,04	249.822,30
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	221.665,37	217.585,58
Livros e documentação técnica	373,40	
Material de escritório	17.679,48	12.480,37
Artigos para oferta	16.986,29	12.743,85
Outros	32,50	7.012,50
Energia e fluidos	1.324.522,82	1.177.337,45
Eletricidade	375.202,38	379.482,54
Combustíveis	789.068,35	718.514,22
Água	2.945,76	2.679,95
Outros	157.306,33	76.660,74
Deslocações, estadas e transportes	22.636,56	338.294,09
Deslocações e estadas	9.616,56	9.190,35
Transportes de mercadorias	13.020,00	329.103,74
Serviços diversos	647.158,63	423.190,68
Rendas e alugueres	408.207,22	224.887,48
Comunicação	22.399,76	22.875,10
Seguros	145.787,52	147.364,76
Contencioso e notariado	2.256,05	7.888,97
Despesas de representação	1.327,59	4.138,80
Limpeza, higiene e conforto	67.180,49	16.095,57
Total	3.979.943,52	4.659.865,14

19 - Acontecimentos após data de balanço
19.1. Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou; A Direção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório de gestão.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data. Os associados da associação detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

19.2. Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

Direção

Contabilista Certificado

RESITEJO – ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO E TRATAMENTO DOS LIXOS DO MÉDIO TEJO

CONSELHO FISCAL

ATA NUMERO CINCO

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu na sede da Resitejo – Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, sita na Rua Ferro de Engomar – Eco Parque do Relvão, Carregueira, o Conselho Fiscal da mesma.-----

Encontravam-se presentes o Presidente Helder Duarte Henriques, em representação do Município de Tomar e os vogais Antonio Francisco Oliveira Pires Cardoso, em representação do Município da Golegã e Paulo Dinis Delgado Chaves, em representação da Tocha, Chaves & Associados, SROC, para análise e aprovação dos documentos de prestação de contas bem como o Relatório de Gestão referente ao exercício de dois mil e dezassete, cujo processo de preparação foi objeto de adequado acompanhamento. --

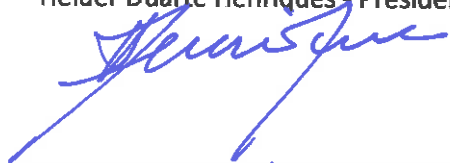
O vogal Paulo Dinis Delgado Chaves, apresentou de forma detalhada os procedimentos de auditoria desenvolvidas e as principais conclusões dos trabalhos realizados.-----

Da análise efetuada o Conselho Fiscal considera que tais documentos possibilitam uma adequada compreensão, quer da posição financeira da Associação em trinta e um de dezembro de dois mil e dezassete, quer do modo como se desenrolaram as atividades e se formou o resultado do exercício findo naquela data. -----

Nestas circunstâncias e como consequência do trabalho efetuado, o Conselho Fiscal é da opinião que o Relatório e as Contas anuais apresentadas pela Direção devem ser aprovadas conforme Parecer emitido nesta data, o qual faz parte integrante desta ata, que vai ser assinada pelos presentes. -----

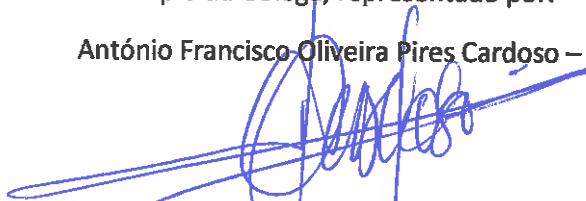
Município de Tomar, representado por:

Helder Duarte Henriques, Presidente



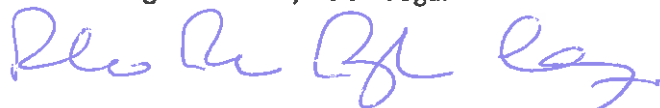
Município da Golegã, representado por:

António Francisco Oliveira Pires Cardoso – Vogal



TOCHA, CHAVES & ASSOCIADOS – SROC, representada por:

Paulo Dinis Delgado Chaves, ROC - Vogal



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Associados da
RESITEJO – Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo
Carregueira

Em cumprimento da lei e dos estatutos temos o prazer de apresentar o Relatório relativo à nossa ação fiscalizadora, assim como o nosso Parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela Direção e relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

No desempenho das suas funções o Conselho Fiscal acompanhou a atividade da Associação através da informação financeira e dos esclarecimentos prestados quer pela Direção quer pelos Serviços. Por outro lado, o Conselho Fiscal vigiou a observância da lei e dos estatutos, efetuou as verificações julgadas necessárias nas circunstâncias e comprovou a adequação dos critérios valorimétricos adotados.

Após o encerramento das Contas, o Conselho Fiscal procedeu à apreciação das mesmas e do relatório de gestão elaborado pela Direção, o qual traduz, de modo adequado, a atividade, evolução e a situação da Associação.

O Conselho Fiscal apreciou também a Certificação Legal das Contas elaborada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas TOCHA, CHAVES & ASSOCIADOS decorrente do exame por si realizado, a qual, merecendo a nossa concordância, deve ser considerada como fazendo parte integrante deste Relatório.

Como consequência do trabalho efetuado e tendo em consideração o conteúdo da Certificação Legal das Contas, o Conselho Fiscal é de PARECER que:

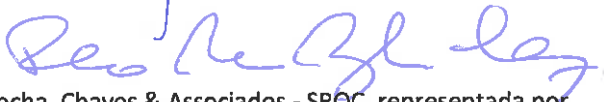
1. O Relatório de Gestão apresentado pela Direção deve ser aprovado;
2. As Contas apresentadas pela Direção devem ser aprovadas;
3. A proposta de aplicação de resultados apresentada pela Direção deve ser aprovada.

Carregueira, 6 de março de 2018

O CONSELHO FISCAL


Município de Tomar, representado por
Hélder Duarte Henriques - Presidente


Município da Golegã, representado por
António Francisco Oliveira Pires Cardoso - Vogal


Tocha, Chaves & Associados - SROC, representada por
Paulo Dinis Delgado Chaves, ROC - Vogal



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da RESITEJO – Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 23.264.739 euros e um total de fundos patrimoniais de 13.439.856 euros, incluindo um resultado líquido de 52.709 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

B



- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

13



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais

Lisboa, 28 de fevereiro de 2018

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 181
representada por:


Paulo Dinis Delgado Chaves - ROC n.º 1085